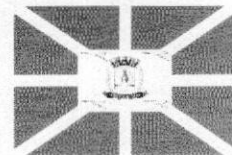




CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº.....1/2026

"Promove alterações na Lei Complementar nº 151, de 7 de novembro de 2018, que 'Dispõe sobre a limpeza e manutenção dos terrenos baldios e também dos imóveis abandonados, bem como manutenção das calçadas nos imóveis situados no Município de Araguari - MG, propõe sanções ao proprietário, titular do domínio útil, promitente comprador ou possuidor a qualquer título quanto ao seu descumprimento e dá outras providências'."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, com base no art. 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, a seguinte Lei:

Art. 1º O § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 151, de 7 de novembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. (...)

§ 1º O proprietário, titular do domínio útil, promitente comprador ou possuidor a qualquer título terá o prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da ciência da notificação prevista no caput, para proceder à regularização do fato que a originou.

(...)

Art. 2º O *caput* do art. 15 da Lei Complementar nº 151, de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. O proprietário, titular do domínio útil, promitente comprador ou possuidor a qualquer título terá o prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação prevista no caput do art. 14, para proceder à regularização do fato que a originou.

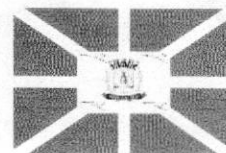
Art. 3º Ficam acrescidos os §§ 3º e 4º ao art. 51 da Lei Complementar nº 151, de 2018, com a seguinte redação:

Art. 51. (...)

§ 3º Os créditos decorrentes de multas, administração e custos de serviços ou obras executados pelo Município, uma vez definitivamente constituídos, deverão ser inscritos



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI



em dívida ativa obrigatoriamente no mesmo exercício financeiro em que ocorrer a autuação, salvo se houver prazo legal ou administrativo em curso, inclusive para apresentação de defesa, interposição de recurso ou cumprimento de parcelamento regularmente concedido.

§ 4º Encerrados os prazos a que se refere o § 3º deste artigo, sem o pagamento voluntário do débito, a Secretaria Municipal da Fazenda deverá promover imediatamente a inscrição em dívida ativa, independentemente de provocação de outro órgão.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, sala das sessões em 20 de janeiro de 2026.

LEVI DE ALMEIDA SIQUEIRA
Vereador Proponente



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI



JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por finalidade tornar mais efetivo o poder de polícia administrativa municipal, especialmente no combate à proliferação de terrenos baldios e imóveis abandonados que colocam em risco a saúde pública, a segurança urbana e o meio ambiente.

A experiência administrativa demonstra que o prazo atualmente previsto de 30 (trinta) dias para regularização estimula a inércia do infrator, compromete a resposta estatal e contribui para a reincidência, sobretudo em períodos críticos de proliferação de vetores de doenças.

A redução do prazo para 10 (dez) dias revela-se razoável, proporcional e compatível com a urgência sanitária e urbana, especialmente considerando que a Lei já prevê hipóteses de redução do prazo em casos de maior gravidade.

Além disso, a ausência de determinação expressa quanto ao exercício financeiro da inscrição em dívida ativa gera atrasos indevidos, perda de eficiência arrecadatória e enfraquecimento do caráter pedagógico da sanção administrativa.

Ao estabelecer que a inscrição em dívida ativa ocorra no mesmo exercício da autuação, ressaltados os prazos legais de defesa e parcelamento, o Município fortalece a responsabilidade fiscal, a efetividade da cobrança e o interesse público primário, sem violar garantias do administrado.